

---

## **Processo de Desindustrialização da Economia Brasileira e Possibilidade de Reversão**

**Daniel Arruda Coronel**

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

ORCID: [0000-0003-0264-6502](https://orcid.org/0000-0003-0264-6502)

E-mail: [daniel.coronel@uol.com.br](mailto:daniel.coronel@uol.com.br)

### **Introdução**

O setor industrial é o motor do crescimento econômico, conforme Kaldor (1966); contudo, a indústria de transformação brasileira vem perdendo influência no Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), visto que sua participação, que chegou a perfazer 30% do PIB na década de 1980, passou para 13,3% em 2012, e a projeção para 2029 é de menos de 10%, caso continue nesse ritmo decrescente.

Essa forte queda acendeu o debate acerca do pressuposto de que a economia brasileira esteja passando por um processo de desindustrialização. Entre os que defendem a tese da desindustrialização, estão economistas como Cano (2012), Marconi (2015), Pochmann (2016), Bresser-Pereira (2009a; 2011; 2019) e Coronel (2013; 2020).

Contudo, existem vários economistas, como Barros e Pereira (2008), Jank et al. (2008) e Bonelli e Pessoa (2010), que não compactuam com essa visão, mas acreditam que o setor industrial brasileiro tem que superar desafios relacionados aos altos custos de transação, à infraestrutura inadequada, aos problemas de logística, às baixas taxas de investimento, à elevada carga tributária, bem como à instabilidade macroeconômica, o que tem feito com que a indústria perca competitividade.

Dada a importância do tema, vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos visando analisar questões relacionadas à competitividade e à existência de um processo de desindustrialização na economia brasileira. Sonaglio et al. (2010) analisaram as evidências desse processo de desindustrialização através de dados em painel, e os resultados indicaram um possível movimento de reprimarização da pauta de exportações brasileira, o qual

pode ser evidenciado pela redução das exportações dos bens de alta intensidade tecnológica e pelo aumento da saída de bens não industriais.

Cano (2012) analisou a relação entre o processo de desindustrialização e a política macroeconômica através de uma ampla revisão de literatura, e os resultados indicaram que esse processo tem se acentuado devido à ausência de políticas industriais, bem como de políticas macroeconômicas de cunho desenvolvimentista.

Pereira e Cario (2017) sistematizaram o tratamento analítico sobre estudos e pesquisas acerca da desindustrialização através de uma revisão de literatura, e os resultados indicaram a existência de quatro escolas de pensamento: UNICAMP, FGV-SP, PUC-RJ e UFRGS.

Nesse contexto, dada a importância dessa temática, este trabalho visa sintetizar os argumentos favoráveis e contrários à existência de um processo de desindustrialização na economia brasileira, bem como sistematizar as vertentes teóricas sobre o tema.

### **Desindustrialização: causas e consequências**

O crescimento econômico pode ser mais bem esboçado e analisado através das seguintes relações: a) uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, ou seja, quanto maior for a taxa de crescimento do setor industrial, maior será a do produto nacional; b) uma correlação positiva entre o crescimento do produto industrial e da produtividade industrial; nesse sentido, constata-se uma relação de causalidade, pois, quanto maior for a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento da produtividade; e c) no longo prazo, o crescimento da economia não seria restrito pela oferta, mas pela sua demanda; nesse contexto, a restrição de demanda ao crescimento do produto em uma economia aberta seria o balanço de pagamentos (KALDOR, 1957; 1978).

Ainda nessa perspectiva, o setor industrial seria considerado um indutor do crescimento econômico, visto que ele gera encadeamentos produtivos, economias de escala e externalidades para outros setores. Esse transbordamento das atividades industriais para os demais setores está relacionado à absorção de produtos e *commodities* produzidos nos setores agrícola e de mineração, além da contratação de diversos tipos de serviços (KALDOR, 1966).

Ademais, é relevante destacar, com acuidade, que a indústria seria o lócus em que ocorre a maior parte da inovação tecnológica, pois promove maior produtividade e crescimento econômico. Dessa forma, a taxa de crescimento econômico está associada ao tamanho do setor manufatureiro na economia. Assim, os países que possuísem uma alta participação de emprego no setor industrial frente aos demais setores apresentariam maiores elevações no PIB (SQUEFF, 2012).

Com base no arcabouço keynesiano/kaldoriano, pode-se inferir que as exportações influenciam os índices de desenvolvimento dos países através

dos multiplicadores de investimento, os quais ajustam a taxa de crescimento do consumo. Por fim, os países que obtêm alta elasticidade-renda da demanda internacional, oriunda de suas exportações, apresentam um melhor crescimento econômico (LIBÂNEO; MORO; LONDE, 2014).

Para autores como Szirmai (2012), Acemoglu e Robinson (2012), Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016) e Reinert (2016), todos os países que se desenvolveram tiveram seu modelo de crescimento puxado pelo setor industrial, visto que a produtividade nesse segmento é maior do que na agricultura. O setor industrial oferece mais oportunidades de economias de escala que o setor agrícola, e os efeitos de encadeamento e transbordamento são maiores do que na agricultura.

A economia brasileira iniciou tardiamente o seu processo de industrialização, o qual teve um novo impulso a partir do Governo Vargas, na década de 1930, quando tem início o Processo de Substituição de Importações (PSI), que vai até o final da década de 1980 e que adotou as seguintes medidas: desvalorização cambial; taxas múltiplas de câmbio; crédito e subsídios; elevadas tarifas de importação; e forte participação do Estado, através de infraestrutura, logística e do arcabouço legal e institucional (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Da década de 1990 até meados de 2000, foram poucas as ações para fomentar a competitividade do setor industrial, visto que o foco, no Brasil e nos demais países latino-americanos, era o controle das taxas de inflação e a busca pela estabilidade macroeconômica (PERES, 2006).

Ainda nessa perspectiva, a perda de competitividade do setor industrial brasileiro, ao longo dos anos 2000, começou a levantar debates e discussões sobre se a economia brasileira estava passando por um processo de desindustrialização, o qual pode ser percebido com a redução persistente da proporção do emprego industrial em relação ao emprego total, bem como a queda da participação do setor industrial no PIB (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999; OREIRO; FEIJÓ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2011, 2019).

De acordo com Bresser-Pereira (2011), os países desenvolvidos, a partir de certo nível de renda *per capita*, começam a se desindustrializar devido à concorrência com países em que a mão de obra é mais barata. Como consequência, esses países deixam de produzir bens industriais, especialmente de baixa tecnologia, transferindo sua mão de obra para setores de serviços com maior intensidade tecnológica e maiores níveis de renda e de valor adicionado *per capita* mais alto, portanto, com salários médios mais altos. Quando esse processo ocorre dessa forma, a desindustrialização não é prejudicial. No entanto, em países como o Brasil, que têm uma renda *per capita* baixa, esse processo de transformação estrutural é prematuro.

Os argumentos expostos anteriormente podem ser corroborados por Oreiro e Feijó (2010), que também coadunam com a hipótese de uma desindustrialização positiva, caso ocorra um aumento na participação de produtos com maior intensidade tecnológica em detrimento da

transferência para o exterior de atividades intensivas em mão de obra ou com menor valor adicionado. Contudo, se esse processo for oriundo de um movimento de reprimarização da pauta exportadora, é prejudicial à competitividade do setor, a qual tem forte relação com a “doença holandesa”, que consiste numa falha de mercado.

A doença holandesa ocorreu durante a década de 1960, na Holanda, quando houve a descoberta de enormes reservas de gás de petróleo. Com o aumento das exportações de gás, a taxa de câmbio começou a se apreciar, de forma que, se nada fosse feito, cada vez mais ela se apreciaria, fazendo com que o país trocasse indústrias de alto conteúdo tecnológico pela produção de gás. Como forma de evitar isso, o governo criou um imposto sobre as exportações (BRESSER-PEREIRA, 2009b).

Ainda nesse contexto, a desindustrialização ocorreu devido à sobrevalorização cambial, a qual começou a reduzir a competitividade do setor industrial exportador no mercado internacional (STRACK; AZEVEDO, 2012).

Para Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016), quando um país passa por um processo de desindustrialização, algumas medidas devem ser adotadas, tais como desvalorização cambial, política industrial ativa, maiores investimentos em infraestrutura, e sofisticação produtiva, isto é, maior diversificação da produção com ênfase em setores de média e alta intensidade tecnológica.

Os principais efeitos do processo de desindustrialização em países em desenvolvimento como o Brasil são: a) queda na renda dos trabalhadores; b) especialização regressiva, com retorno às vantagens comparativas baseadas em recursos naturais (Teoria das Vantagens Comparativas); c) tendência a desequilíbrios externos; d) quedas nas taxas de investimento; e) queda no Produto Interno Bruto (PIB); e f) aumento da importação de produtos industriais; sendo que as causas desse processo estão relacionadas à sobrevalorização cambial, à abertura econômica, às altas taxas de juros, à infraestrutura inadequada e ao alto custo Brasil (CANO; 2012, 2014; BENJAMIM, 2015).

Convém ressaltar que o debate sobre desindustrialização é complexo e não apresenta uma unicidade. Autores como Bonelli, Pessoa e Matos (2013) entendem que a economia brasileira apresentou, nas décadas de 1970 e 1980, uma doença soviética, ou seja, um crescimento muito maior do que outras nações (considerando 170 países analisados). Contudo, a partir dessa época, observa-se um crescimento de acordo com os padrões normais de outras nações e, desde meados de 1990, o desenvolvimento brasileiro se encontra abaixo do de outros países, mas dentro das margens de significância do modelo estimado. Por fim, não há elementos que justifiquem a presença de uma desindustrialização prejudicial, o que ocorre é considerado normal tendo em vista o que outros países já passaram.

Dada a importância desse tema para políticas industriais e de comércio exterior, vários estudos, em âmbito internacional, têm abordado essa temática. De acordo com pesquisa feita na Plataforma Scopus, a partir da

inserção dos termos *dutch disease* e *deindustrialization*, dentro das áreas de Administração, Gestão, Contabilidade, Economia, Econometria e Finanças, foram encontrados, de 1985 a 2014, trezentos e trinta e dois artigos, sendo que os periódicos que mais publicaram sobre esse tema foram *World Development*, *Resources Policy* e *Brazilian Journal of Political Economy*; já os autores que mais publicaram foram Richard Auty, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Ragner Torvik. Em relação às universidades e instituições, as que mais se destacaram foram *University of Oxford*, *The World Bank* e *Wageningen University and Research Centre*; e quanto aos países que mais publicaram sobre o tema, os destaques foram Estados Unidos, Reino Unido e Holanda. Já os artigos mais citados, foram “The narrow moving band, the Dutch disease, and the competitive consequences of Mrs. Thatcher. Notes on trade in the presence of dynamic scale economies”, publicado em 1987; “Natural resources, education, and economic development”, de 2001, e “Learning to love the Dutch disease: Evidence from the mineral economies”, publicado em 1995 (PINTO; SILVA; CORONEL, 2015).

No âmbito da economia brasileira, o debate sobre o processo de desindustrialização, conforme Colombo, Felipe e Sampaio (2019), pode ser dividido em quatro grandes grupos: ortodoxos, novos desenvolvimentistas, estruturalistas e industrialistas, os quais têm visões e soluções diferentes para essa questão, que podem ser observadas no Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1. Resumo das vertentes sobre o processo de desindustrialização no Brasil**

Vertente	Principais autores	Motivos (causas)	Resoluções
Ortodoxa	Regis Bonelli, Edmar Bacha, Monica De Bolle, Silvia Matos, Alexandre Schwartzman	Abertura Comercial Insuficiente	Nova rodada de abertura comercial buscando aumento da produtividade.
Novo Desenvolvimentista	Bresser-Pereira, José Oreiro, Nelson Marconi, André Nassif, Carmem Feijó	Doença holandesa	Neutralização da doença holandesa através da desvalorização cambial (Câmbio industrial).
Estruturalista	Wilson Cano, Luiz Beluzzo, Ricardo Carneiro	Abertura Comercial, Crise da dívida, Gap tecnológico	Política industrial forte, aumento significativo do investimento estatal e mudança radical do ambiente macroeconômico.
Industrialista	Luciano Coutinho, David Kupfer, João Ferraz, Mariano Laplane, Fernando Sarti, Célio Hiratuka, Clélio Diniz, Carmem Feijó, André Nassif	Ausência de coordenação entre iniciativa pública e privada. <i>Falling Behind</i>	Política industrial forte com foco na inovação, retomada do processo de <i>catching up</i> , busca por modernização de bens de capital.

Fonte: Colombo, Felipe e Sampaio (2019, p.18).

A vertente ortodoxa entende que, para fomentar o setor industrial, é fundamental uma maior abertura comercial e ganhos de produtividade, bem como a flexibilização das leis trabalhistas; já os autores do novo desenvolvimentismo, entendem que a economia brasileira passa por um processo de desindustrialização cujas causas são a abertura comercial, as altas taxas de juros e o câmbio valorizado; a vertente estruturalista entende que, para a reversão do processo de desindustrialização, são necessárias medidas protecionistas, bem como uma política industrial consistente; e por fim, os autores da vertente industrialista entendem que, para a reversão do processo de desindustrialização, é preciso uma forte política industrial com ênfase na inovação tecnológica (COLOMBO; FELIPE; SAMPAIO, 2019).

Uma das formas de combater o processo de desindustrialização é através das políticas industriais, cujos principais instrumentos são a isenção tributária, a oferta de juros subsidiados, a discricionariedade da estrutura de tarifas de importação, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e medidas visando melhorar a infraestrutura e a redução de custos sistêmicos ou custos de transação (KUPFER, 2003; PACK; SAGGI, 2006; CORONEL, AZEVEDO, CAMPOS, 2014).

A política industrial é um tema controverso, com vários autores de cunho neoclássico apresentando restrições à sua utilização, por exemplo: Ferreira e Hamdan (2003); Pack e Saggi (2006); e Pinheiro et al. (2007). Esses autores argumentam que as políticas industriais beneficiam poucos setores da economia, ou seja, ao escolher medidas para proteger determinados segmentos, muitas vezes por critérios mais fundamentados em pressões políticas e institucionais, os governos deixam de fomentar o desenvolvimento de setores estratégicos para o crescimento econômico e social do país.

Outro argumento contrário à utilização das políticas industriais é que, tendo em vista a cultura patrimonialista – ou seja, a tênue divisão que separa o que é público do que é privado em países como o Brasil –, essas políticas colaboram para o aumento da corrupção, dos vícios públicos, da socialização dos prejuízos e dos benefícios privados. Ainda segundo os autores citados, países como o Brasil, que utilizam subsídios ao crédito como instrumentos de política industrial, não apresentam uma situação financeira que lhes permita arcar com esse custo fiscal (CORONEL, 2010).

Desde 2000, três políticas industriais foram utilizadas para fomentar a competitividade do setor industrial: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que deixou como legado apenas a criação de marcos regulatórios, como a Lei de Inovação e Biossegurança; a Política de Desenvolvimento Produtivo<sup>1</sup> (PDP), que tinha como foco os setores de média-alta e alta intensidade tecnológica, para os quais se mostrou totalmente ineficiente; e por fim, a Política Brasil Maior, também com foco

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre os resultados da PDP, ver Coronel et al. (2011).

nos setores de alta intensidade tecnológica, mas que não atingiu boa parte de suas metas e ainda teve forte relação com a crise macroeconômica iniciada em 2014 (SOARES, CORONEL, MARION FILHO, 2013; CORONEL, AZEVEDO, CAMPOS, 2014; NASSIF, 2019; STUMM, NUNES, PERISSINOTTO; 2019).

### Conclusões

A partir deste trabalho, foi possível compreender com acuidade o debate sobre a existência de um processo de desindustrialização na economia brasileira, expondo os argumentos contrários e favoráveis a esse movimento.

Além disso, conforme vários estudos destacados, constatou-se que a desvalorização cambial estimula as exportações e, portanto, em qualquer ação visando fomentar a competitividade do setor industrial, essa variável deve ser utilizada, bem como, se for apreciada, leva à perda de competitividade industrial. Ademais, a abertura comercial mostrou-se extremamente nociva às exportações.

Enfim, para a mensuração empírica desse processo, sugere-se a estimação através de dados em painel com efeitos fixos e aleatórios, bem como a utilização de Modelos de Equilíbrio Geral Computável (MEGC), que constituem ferramentas adequadas para verificar como o processo de desindustrialização influencia os níveis de bem-estar da população, o Produto Interno Bruto (PIB), assim como os fluxos econômicos e as finanças públicas.

### Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARROS, O. de; PEREIRA, R. R. Desmistificando a tese de desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. In: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Brasil Globalizado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BENJAMIN, C. Desindustrialização: pode o Brasil sobreviver sem um expressivo setor industrial? *Boletim Conjuntura Brasil*, Fundação João Mangabeira, n. 2, out. 2015.

BONELLI, R.; PESSOA, S. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Centro de Desenvolvimento Econômico, FGV, 2010. (Texto para Discussão). Disponível em: <[http://www.fgv.br/mailling/ibre/carta/agosto.2010/CIBRE\\_agosto\\_2010.pdf](http://www.fgv.br/mailling/ibre/carta/agosto.2010/CIBRE_agosto_2010.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2017.

BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. (Org.). *O futuro da indústria*

no Brasil: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. 2009a. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/listar>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.24.Macro\\_cambio\\_teorica\\_desenvolv\\_n\\_destin.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.24.Macro_cambio_teorica_desenvolv_n_destin.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desprotecionismo e desindustrialização*. 2012. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2012/97.Desprotecionismo.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *40 anos de desindustrialização*. 2019. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=7636>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. *Macroeconomia desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, p. 831-851, 2012.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. *Cadernos do desenvolvimento*, v. 9, n. 15, p. 139-174, 2014.

COLOMBO, A. O.; FELIPE, E. S.; SAMPAIO, D. A desindustrialização no Brasil: um processo, várias vertentes. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Anais...* Campinas (SP) IE-UNICAMP, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/akb/172464-a-desindustrializacao-no-brasil--um-processo-varias-vertentes>>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

CORONEL, D. A. *Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, 2010.

CORONEL, D. A. et al. Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 337-365, 2011.

CORONEL, D. A. *Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira*. Curitiba: Prismas, 2013.



CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z. de; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 103-119, 2014.

CORONEL, D.A. *Análise do processo de desindustrialização na região Sul do Brasil: uma abordagem por meio de econometria de séries temporais*. Monografia (Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa) – Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

FERREIRA, P. C.; HAMDAN, G. Política industrial no Brasil: ineficaz e regressiva. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 305-316, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. *Contas Regionais do Brasil*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

JANK, M. S. et al. Exportações: existe uma "doença brasileira"? In: BARROS, O. de; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Brasil Globalizado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KALDOR, N. A model of economic growth. *Economic Journal*, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.

KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. Causes of the low rate of growth of the United Kingdom. *Further Essays in Economic, Growth*, London Duckworth, 1978.

KUPFER, D. Política industrial. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 281-298, 2003.

LIBÂNIO, G.; MORO, S.; LONDE, A. C. Qualidade das exportações e crescimento econômico nos anos 2000. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA-ANPEC, 42. *Anais...* Natal, 2014.

MARCONI, N. A doença holandesa e o valor da taxa de câmbio. In: OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F. de; MARCONI, N. (Org.). *A teoria econômica na obra de Bresser-Pereira*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2015.

NASSIF, A. Política industrial e desenvolvimento econômico: teoria e propostas para o Brasil na era da economia digital. In: FEIJO, C.; ARAÚJO, E. (Orgs.). *Macroeconomia moderna: lições de Keynes para economias em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PACK, H.; SAGGI, K. Is there a case for industrial policy? A critical survey. *The World Bank Research Observer*, v. 21, n. 2, p. 267-297, 2006.

PEREIRA, W. M.; CARIO, S. A. F. Indústria, desenvolvimento econômico e desindustrialização: sistematizando o debate no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*, v. 29, n.1, p. 587-609, 2017.

PERES, W. The slow comeback of industrial policy in Latin America and the Caribbean. *CEPAL Review*, Chile, v. 88, n. 1, p. 71-88, 2006.

PINHEIRO, M. C. et al. *Porque o Brasil não precisa de política industrial*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. (Texto para discussão 644).

PINTO, N. G. M.; SILVA, M. L.; CORONEL, D. A. O processo de desindustrialização: um levantamento sobre a produção científica na base do Scopus. *Revista de Administração da UEG*, v. 6, n. 3, p. 78-88, 2015.

POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016.

REINERT, E. S. *Como os países ricos ficaram ricos... e porque os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. *Growth, trade and deindustrialization*. Washington: International Monetary Fund Staff Papers, v. 46, n. 1, 1999.

SOARES, C.S.; CORONEL, D. A.; MARION FILHO, P. J. A recente política industrial brasileira: da política de desenvolvimento Produtivo ao Plano Brasil Maior. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 8, n. 1 p. 1-20, 2013.

SONAGLIO, C. M. et al. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, v. 14, n.4, p. 347-372, 2010.

SQUEFF, G. C. *Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão 1747).

STRACK, D.; AZEVEDO, A. F. Z. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. *Economia e Desenvolvimento*, v. 24, n. 2, p. 68-91, 2012.

STUMM, M. G.; NUNES, W.; PERISSINOTTO, R. Ideias, instituições e coalizões: as razões do fracasso da política industrial lulista. *Revista de Economia Política*, v. 39, n.4, p. 736-754, 2019

SZIRMAI, A. Industrialisation as an engine of growth in developing countries, 1950-2005. *Structural change and economic dynamics*, v. 23, n. 4, p. 406-420, 2012.